

**A.I. Nº** - 108580.3011/16-9  
**AUTUADO** - FIXAR INDUSTRIAL LTDA  
**AUTUANTE** - LAUDELINO BISPO COSTA FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ INDÚSTRIA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET – 26.10.2021

#### **6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0386-06/21-VD**

**EMENTA:** ICMS. INFRAÇÃO 01 – USO INDEVIDO DE CRÉDITO FISCAL. Autuado reconhece a utilização indevida de crédito fiscal em algumas operações apontadas no demonstrativo do Autuante. Nas demais, comprova tratar-se de aquisições de matéria prima e embalagens. Infração parcialmente subsistente. INFRAÇÃO 02 – FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS DECORRENTE DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. Contribuinte elide em parte a acusação, ao provar a existência de operação, contida na acusação fiscal, que se refere à aquisição de matéria prima. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 14/06/2016, exige do Autuado ICMS no valor de R\$28.739,45, em decorrência do cometimento das seguintes infrações:

Infração 01 – 01.02.02 - utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. Valor apurado de R\$24.298,31.

Enquadramento Legal: art. 93, inciso V, alínea “b” e 124 do RICMS aprovado pelo Decreto 6.284/97.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso VII, alínea “a” da Lei 7.014/96.

Infração 02 – 06.02.01 - deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da federação e destinadas a consumo do estabelecimento. Valor apurado de R\$4.441,14

Enquadramento Legal: art. 1º, §2º, inciso IV, art. 5º, inciso I, 36, §2º, inciso XIV, 69, 72, 111, inciso III, alínea “a”, art. 124, inciso I e 132 do RICMS aprovado pelo Decreto 6.284/97.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Autuado apresenta peça defensiva (fls. 18 a 37), por meio de representante, alegando, em relação à utilização indevida de crédito fiscal, que os valores cobrados, parcialmente carecem de reparo, tendo em vista que algumas operações se referiram à aquisição de matéria prima, embalagens e devolução.

Em seguida, o Defendente passa a elencar as operações, que entende terem ocorrido falhas no levantamento, acostando as respectivas Notas Fiscais, bem como informando quais aquisições reconhece o uso indevido de crédito, comprometendo-se a recolher os valores devidos.

Com relação à acusação fiscal que trata da falta de pagamento do imposto devido decorrente do diferencial de alíquotas, o Defendente não reconhece apenas a exigência concernente à Nota Fiscal nº 5.503, por entender tratar-se de aquisição de matéria prima, acatando as demais cobranças relativas a esta infração.

Finaliza a peça defensiva requerendo a improcedência parcial do lançamento.

Na Informação fiscal de fl. 39, o Autuante acata integralmente as argumentações do Contribuinte. Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

#### **VOTO**

O Auto de Infração em lide exige do Autuado ICMS no valor de R\$28.739,45, e é composta de 02 (duas) Infrações detalhadamente expostas no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da exigência de ICMS pela utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento e da falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da federação e destinadas a consumo do estabelecimento.

Cumprir destacar que o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

No presente Auto de Infração foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Autuado alega, em relação à utilização indevida de crédito fiscal, que os valores cobrados, parcialmente carecem de reparo, tendo em vista que algumas operações se referiram à aquisição de matéria prima, embalagens e devolução. Passando a elencar as operações, que entende terem ocorrido falhas no levantamento, acostando as respectivas Notas Fiscais, bem como informando quais aquisições reconhece o uso indevido de crédito, comprometendo-se a recolher os valores devidos.

Com relação à acusação fiscal que trata da falta de pagamento do imposto devido decorrente do diferencial de alíquotas, o Defendente não reconhece apenas a exigência concernente à nota fiscal nº 5.503, por entender tratar-se de aquisição de matéria prima, acatando as demais cobranças relativas a esta infração.

Finaliza a peça defensiva requerendo a improcedência parcial do lançamento.

Na Informação Fiscal, o Autuante acata integralmente as argumentações do Contribuinte.

Compulsando os documentos constantes nos autos, particularmente o demonstrativo elaborado pelo Autuante (fls. 12 e 13), bem como o conteúdo das cópias das Notas Fiscais anexas à defesa (fls. 29 a 36), verifica-se ter ocorrido lapso do Autuante, quando da lavratura do presente Auto de Infração. Ocorre que, de fato, no lançamento existiram exigências descabidas de imposto por uso indevido de crédito fiscal e de diferencial de alíquota nas aquisições destinadas a consumo do estabelecimento.

Nas tabelas abaixo foram expurgadas as cobranças indevidas, concernentes às duas infrações, restando um montante de ICMS a recolher equivalente a R\$8.939,16 (somatório das duas irregularidades).

#### **INFRAÇÃO 01 – CRÉDITO INDEVIDO**

<b>MÊS OCORRÊNCIA</b>	<b>IMPOSTO EXIGIDO (R\$)</b>	<b>IMPOSTO DEVIDO (R\$)</b>
---------------------------	----------------------------------	---------------------------------

FEV/2011	12.270,50	318,68
MAR/2011	4.052,15	401,30
ABR/2011	2.972,05	736,19
MAI/2011	625,38	625,38
JUN/2011	4.251,17	4.251,17
JUL/2011	102,49	102,49
OUT/2011	24,57	24,57
<b>TOTAL</b>	<b>24.298,31</b>	<b>6.459,78</b>

**INFRAÇÃO 02 – ICMS DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA**

<b>MÊS OCORRÊNCIA</b>	<b>IMPOSTO EXIGIDO (R\$)</b>	<b>IMPOSTO DEVIDO (R\$)</b>
MAR/2011	1.961,76	0,00
MAI/2011	893,40	893,40
JUN/2011	1.439,57	1.439,57
JUL/2011	146,41	146,41
<b>TOTAL</b>	<b>4.441,14</b>	<b>2.479,38</b>

Cabe registrar que nas fls. 43 e 44 constam, respectivamente, Relatório de pagamento do PAF e detalhes da quitação, ambas informações extraídas do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, as quais atestam o recolhimento dos valores reconhecidos como devidos pelo Contribuinte, equivalente a R\$8.939,16 (valor principal). Pelo que recomenda-se que sejam homologados os valores quitados.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **108580.3011/16-9**, lavrado contra **FIXAR INDUSTRIAL LTDA.**, devendo ser intimado o Autuado para efetuar o pagamento de ICMS no valor de **R\$8.939,16**, multa e acréscimos legais, bem como que sejam homologados os valores recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 20 de outubro de 2021

EDUARDO DUTRA FREITAS – PRESIDENTE/JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR